



Sete teses equivocadas sobre América Latina

Rodolfo Stavenhagen

Profesor-investigador Emérito en El Colegio de México

Ciudad de México, México

staven@colmex.mx

El Día 25-26 del Julio de 1965

Este é talvez o texto mais conhecido de Rodolfo Stavenhagen. Em grande parte foi gestado a partir de sua estadia no Brasil entre 1962 e 1964 como secretário-geral do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no Rio de Janeiro, e de sua volta ao México em decorrência do golpe de Estado. Para esta tradução, os tradutores Warley Costa e Roberto Lima utilizaram a versão original, publicada pelo jornal mexicano *El Día*, nos dias 25 e 26 de julho de 1965. Essa versão foi cotejada com a tradução revisada pelo autor para o inglês em seu livro de 2013 (*Pioneer on indigenous rights*). Até então, como afirmou a um dos tradutores, Stavenhagen nunca havia revisado seu texto, “porque basicamente sigo manteniendo estas ideas y creo que de 'las siete tesis' no hay básicamente ninguna que cambiaría hoy”.

Na literatura produzida nos últimos anos sobre os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico e social encontram-se numerosas teses e afirmações equivocadas, erradas e ambíguas. Apesar disso, muitas delas são frequentemente aceitas e constituem parte do conjunto de conceitos manejados por nossos intelectuais, políticos, estudantes e não poucos pesquisadores e professores. Embora os fatos desmintam essas teses e diversos estudos em anos recentes comprovem sua falsidade, ou pelo menos colocam-nas em dúvida quanto à veracidade, essas teses adquirem força e às vezes caráter de dogma, já que se repetem em inumeráveis livros e artigos dedicados, sobretudo no exterior, aos problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina.

Neste artigo irei tratar somente de várias teses de caráter sociológico, uma vez que algumas teses equivocadas de caráter econômico foram amplamente debatidas e contestadas pelos economistas em tempos recentes.

Primeira tese: Os países latino-americanos são sociedades duais.

Essencialmente, esta tese afirma que nos países latino-americanos há de fato duas sociedades diferentes e até certo ponto independentes, mesmo que necessariamente conectadas: uma sociedade arcaica, tradicional, agrária, estagnada ou retrógrada e uma sociedade moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista e em desenvolvimento. A “sociedade arcaica” estaria caracterizada por relações de tipo

essencialmente familiar e pessoal, por instituições tradicionais (o compadrio, certas formas de trabalho coletivo, de dominação personalista e de clientelismo político etc.), por uma estratificação social rígida de *status adscritos* (ou seja, em que a posição do indivíduo na escala social está determinada desde o nascimento, com poucas possibilidades de mudança durante sua vida), e por normas e valores que exaltam – ou quando menos aceitam – o *status quo*, as formas de vida tradicionais herdadas dos antepassados e que constituem um obstáculo ao pensamento econômico “racional”. A sociedade “moderna”, ao contrário, consistiria de relações sociais do tipo que os sociólogos chamam de “secundárias”, determinadas por ações interpessoais orientadas a fins racionais e utilitários; de instituições funcionais, com uma estratificação (quer dizer, com mobilidade social), abundando então os *status* adquiridos mediante o esforço pessoal e determinados seja por índices quantitativos (como salário e renda ou o nível educacional), seja por funções sociais (ocupação). Na “sociedade moderna” as normas e os valores das pessoas tenderiam a ser orientados rumo à mudança, ao progresso, às inovações e à racionalidade econômica (ou seja, o cálculo de maiores benefícios com menores recursos).

De acordo com esta tese, em todos países latino-americanos, cada uma das duas sociedades que assim se encontram – e se enfrentam – possui sua dinâmica própria. A primeira, a arcaica, encontra sua origem na época colonial, ou mesmo antes, e conserva muitos elementos culturais e sociais muito antigos. Geralmente não muda, ou o faz muito lentamente. Em todo caso, as mudanças que demonstram provêm de fora, justamente da sociedade “moderna”, e não são geradas internamente. Já a outra sociedade, a moderna, vista como orientada para a mudança, gera em seu seio suas próprias modificações e é evidentemente apresentada como o foco do desenvolvimento econômico, enquanto a primeira constitui um obstáculo a esse desenvolvimento.

Em um nível mais sofisticado, por isso, talvez mais enganoso, a tese da sociedade dualista se expressa como uma suposta dualidade entre feudalismo e capitalismo em nossos países. De fato, afirma-se que

em grande parte da América Latina subsiste uma estrutura social e econômica de tipo feudal que forma a base dos grupos sociais e econômicos retrógrados e conservadores, ou seja, a aristocracia latifundiária, a oligarquia, os caciques políticos locais¹ etc. Por outro lado, afirma-se, existem os núcleos de economia capitalista, nos quais atuam as classes médias empreendedoras, progressistas, urbanizadas. Nessa descrição está implícita a ideia de que o “feudalismo” constitui um obstáculo ao desenvolvimento de nossos países e que deve ser eliminado para dar lugar ao capitalismo progressista, o qual será desenvolvido pelos grupos sociais de capitalistas empreendedores em benefício do país como um todo.

É indubitável que em todos os países latino-americanos existem grandes diferenças sociais e econômicas entre áreas rurais e urbanas, entre populações indígenas e não indígenas, entre a massa de camponeses e as pequenas elites urbanas e rurais, e também entre regiões muito atrasadas e outras bastante desenvolvidas. Também não cabe dúvida de que em algumas zonas atrasadas ou afastadas existem grandes latifúndios, nos quais as relações de trabalho e sociais entre os camponeses e o proprietário (ou seu representante) possuem todas as características da servidão, se não é de escravidão.

Contudo, essas diferenças não justificam o emprego do conceito de “sociedade dualista”, por duas razões principais: primeiro, porque os dois polos são o resultado de um *único processo histórico*, e segundo, porque as relações mútuas que conservam entre si as regiões e os grupos “arcaicos” ou “feudais” e os “modernos” ou “capitalistas” representam o funcionamento de *uma só sociedade global* da qual ambos polos são partes integrantes.

No que se refere ao processo histórico, cabe assinalar que a conquista da América teve desde o princípio características comerciais. Essencialmente, realizou-se por meio de uma série de empresas mercantis, nas quais intervinham grandes capitais privados e em que houve a participação estatal. É certo que em algumas regiões, mediante *encomiendas* e *Mercedes*,² criaram-se verdadeiros feudos, e certamente as populações indígenas foram submetidas pelos es-

1. O Caciquismo é o nome dado a uma das formas como as práticas clientelistas se concretizam no México e em outros países da América hispânica. É um sistema que implica caciques locais, municipais, regionais, estaduais e nacionais, em que ao mesmo tempo que o cacique em um nível olha para baixo (os caciques menores) também olha para cima (caciques maiores). Normalmente caciques são políticos (se não exercem cargos do sistema político são, pelo menos, filiados a partidos, em especial, o PRI) e civis (o que ajuda a distingui-los dos caudilhos). O uso de violência é parte de seu apanágio, mas é usada mais como ameaça latente, mesclada a um sistema de benefícios (nas palavras de Porfirio Díaz: “Pão e pau”). Para uma tipologia do Cacicazgo, ver, por exemplo, o artigo de Alan Knight “Cultura Política y Caciquismo”. Disponível em: <<http://www.lettraslibres.com/revista/convivio/cultura-politica-y-caciquismo>>. [Nota do tradutor Roberto Lima].

2. *Mercedes*, *encomiendas* e *repartimientos* são formas de acesso à terra e à mão de obra indígenas na América hispânica, principalmente no século XVI. Há uma enorme bibliografia a respeito. As *mercedes* eram mais ligadas à concessão de terras. Era o nome dado às doações feitas aos colonizadores espanhóis por serviços prestados. As *encomiendas* implicavam tributos ou serviços forçados aos indígenas em troca de catequização e/ou evangelização. O *repartimiento* (ou mita, no Peru) sucedeu à *encomienda*, embora não seja possível colocar nem uma data nem um limite preciso entre um e outra. Tratava-se do recrutamento de mão de obra para mineração e estava firmemente organizado por volta de 1570. Para uma discussão das relações entre os três, ver a obra de Leslie Bethell, *História de América Latina*, v. 3. Barcelona: Crítica, 1990. [Nota de R. L.]

panhóis. Porém, assim como a escravidão de negros trazidos da África para trabalhar nas plantações de açúcar do Caribe e do Brasil atendia essencialmente as necessidades de uma economia mercantilista orientada aos mercados consumidores de Europa, também o “feudalismo” nas zonas indígenas de América não era característico de uma economia fechada de autossustentação (como o feudalismo clássico europeu), mas bem atendia, por sua vez, as necessidades de: 1) mineração exportadora, e 2) agricultura que abastecia os centros mineradores ou os mercados europeus.

Assim, durante toda a época colonial, o motor da economia americana foi o sistema mercantilista-capitalista em expansão. As colônias espanholas e portuguesas não eram mais do que grandes abastecedoras de matérias-primas que alimentavam direta ou indiretamente os diversos mercados europeus e que, dessa forma, contribuíram para o desenvolvimento industrial da Europa ocidental. A economia feudal, se é que alguma vez chegou a existir, não era mais do que subsidiária dos centros dinâmicos – as minas e a agricultura de exportação –, que, por sua vez, respondiam às necessidades da metrópole colonial. A grande constante da economia colonial era a busca e obtenção de mão de obra barata para as empresas coloniais: primeiro, ensaiou-se a escravidão de indígenas, logo se introduziu a escravidão dos africanos, depois conseguiu-se assegurar a participação da mão de obra servil indígena por meio de uma série de procedimentos, que variavam desde a *encomienda* até os *repartimientos*. As condições “feudais” de trabalho e existência da maioria da população indígena camponesa serviam justamente para reduzir a um mínimo os custos de produção da mineração e da agricultura coloniais. Assim, o “feudalismo”, nas relações de trabalho, pode ser considerado uma função do desenvolvimento da economia colonial em sua totalidade, e que, por sua vez, formava uma parte integral do sistema mercantilista mundial.

A economia colonial estava sujeita a fortes variações cíclicas. No Brasil, foram desenvolvendo-se e decaindo, uma após a outra, a economia primitiva de extração de madeira, a produção de açúcar nas grandes plantações escravistas do noroeste, a mineração no centro do país, a extração de látex na bacia amazônica e, finalmente, no que se segue neste século XX, a produção de café no sul e sudeste. Cada um dos ciclos trouxe um período de auge e prosperidade à zona em que se desenvolvia. Conforme o momento, cada um deles atendia à demanda estrangeira. E cada um deles deixou, ao terminar, uma economia estancada, subdesenvolvida, atrasada, e uma estrutura social arcaica. Portanto, em grande parte do Brasil o subdesenvolvimento *seguiu*, e não *precedeu* ao desenvolvimento. Em grande medida o subdesenvolvimento dessas áreas, na atualidade, não é mais do que

o resultado de um desenvolvimento anterior, mas de curta duração, e do desenvolvimento de novas atividades em outras áreas do país.

O mesmo tem ocorrido no resto da América Latina, principalmente nas áreas mineiras que floresceram em uma época e cuja economia decaiu depois. Os ciclos econômicos da América Colonial foram determinados, em grande parte, pelos ciclos econômicos do mundo ocidental. Em Mesoamérica, muitas das comunidades indígenas fechadas, isoladas e autossuficientes nem sempre foram assim. Por um lado, as populações indígenas foram deslocadas pelos colonizadores para zonas inóspitas, onde se viram reduzidas a condições de vida extremamente miseráveis; por outro lado, em época da depressão econômica, essas comunidades, que anteriormente estavam relativamente integradas à economia global, fecharam-se perante o mundo e foram reduzidas, por necessidade, a um nível de subsistência. Vemos, pois, que em termos históricos o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na América Latina estão ligados, e que com frequência o desenvolvimento de uma zona implicava o subdesenvolvimento de outra. Também vemos que as condições “feudais” em grande medida respondiam a necessidades da metrópole colonial e da elite colonial, que nada tinham de feudais.

O tipo de relações que se estabeleceu entre uma metrópole colonial e suas colônias repetiu-se dentro dos próprios países colonizados, nas relações que se foram desenvolvendo entre uns quantos “polos de crescimento” e o resto do país. O que Espanha representava para suas colônias, o mesmo representavam os centros da Nova Espanha (e do resto de América Latina) para as áreas atrasadas e isoladas que os rodeavam.

Atualmente, a mesma relação subsiste. O importante não é a *existência* de duas “sociedades”, ou seja, de dois polos que contrastam entre si em termos de diversos índices socioeconômicos, senão as *relações* que existem entre esses dois “mundos”. Enquanto o desenvolvimento localizado em algumas zonas da América Latina se baseia na utilização da mão de obra barata (não é principalmente isto que atrai aos nossos países o capital estrangeiro?), as regiões atrasadas – que são provedoras dessa mão de obra barata – desempenham uma função específica na sociedade nacional, e não são meramente áreas nas quais – por uma razão ou outra – não chegou o desenvolvimento. Ademais, essas áreas “arcaicas” são geralmente exportadoras de matérias-primas, também baratas, para os centros urbanos e o exterior do país. Por essas razões – e outras mais – as áreas subdesenvolvidas *tendem a se subdesenvolver mais*, porque nelas intervêm os processos que Gunnar Myrdal chamou de *causação circular cumulativa*. Em outras palavras, nas áreas “arcaicas” ou “tradicionais” de nossos países ocorre o mesmo que entre os países colonizados com relação às metrópoles

(por exemplo, na África).³ As regiões subdesenvolvidas de nossos países fazem às vezes de colônias internas e, por isso, em vez de apresentar a situação dos países de América Latina em termos de “sociedade dualista” mais apropriado seria enfocá-la em termos de *colonialismo interno*.

Segunda tese: O progresso na América Latina se realizaria mediante a difusão de produtos do industrialismo nas zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais

Esta tese difusionista encontra-se em muitos níveis. Alguns referem-se a uma cultura urbana – ou ocidental – que vai se estendendo paulatinamente pelo mundo e que absorve pouco a pouco os povos atrasados e primitivos. Outros falam do efeito da modernização como de uma mancha de óleo, que de um foco central ou ponto de partida vai abarcando extensões cada vez maiores. Outros ainda afirmam que todo o estímulo para a mudança em áreas rurais provém necessariamente das zonas urbanas. Para apoiar esses argumentos apontam que até nas zonas mais remotas do mundo se conhecem atualmente os rádios de transistores, as bicicletas, as pastas de dentes e a Coca-Cola. Esta tese leva implícitas outras que nem sempre se manifestam com a mesma clareza: 1) que o desenvolvimento do setor moderno, essencialmente expansionista, trará consigo, *ipso facto*, o desenvolvimento do setor arcaico ou tradicional; 2) que a “transição” – como a chamam alguns estudiosos – do tradicionalismo ao modernismo é um processo atual, permanente e invencível, no qual se verão envolvidas as sociedades tradicionais que existem no mundo hoje em dia; 3) que os próprios centros de modernismo não são senão o resultado da difusão de elementos “modernistas” (técnicas, *know-how*, espírito empreendedor e, pressupõem-se, capitais) provenientes dos países atualmente desenvolvidos.

Essas teses podem ser consideradas equivocadas pelas seguintes razões:

a) embora seja certo que inumeráveis artigos de consumo tenham chegado nos últimos anos às áreas subdesenvolvidas, isso não implica automaticamente o desenvolvimento dessas áreas, entendendo-se por desenvolvimento um aumento de bem-estar social geral. Muitas vezes não se trata mais do que a difusão

da “cultura da pobreza” às áreas rurais atrasadas, uma vez que não produz nenhuma mudança institucional básica;

b) a difusão de manufaturas industriais nas áreas atrasadas tem frequentemente deslocado indústrias emergentes ou artesanatos locais, destruindo assim a base produtiva para uma população numerosa, provocando a “proletarização” rural, o êxodo rural e a estagnação econômica em determinadas áreas;

c) esse mesmo processo de difusão tem contribuído para o surgimento, em áreas rurais atrasadas, de uma classe social de comerciantes, intermediários, agiotas, açambarcadores e gatos,⁴ que concentram em suas mãos uma parte crescente da renda regional e que, longe de constituir um motivo de progresso, representa um obstáculo para o emprego produtivo do capital e para o desenvolvimento;

d) A “difusão” não é, com frequência, mais do que a extensão ao meio rural dos monopólios e monopsonios, com suas consequências negativas para um desenvolvimento equilibrado e harmônico;

e) no que se refere ao capital, o processo de difusão tem ocorrido das áreas atrasadas às áreas modernas; há uma constante descapitalização das áreas subdesenvolvidas nos países latino-americanos. Essa descapitalização vem sendo acompanhada pela emigração da população economicamente ativa e mais bem preparada das áreas atrasadas: jovens com um mínimo de educação, que buscam melhores oportunidades em outras partes. É esse fluxo, desfavorável para as áreas atrasadas, que determina o nível do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) de tais zonas, e não a presença ou a ausência de objetos de fabricação industrial;

f) não se pode esquecer que o processo de “difusão”, ao qual se atribui resultados tão benéficos, já tem na América Latina mais de quatrocentos anos e que, à parte de certos focos dinâmicos de crescimento, o resto do continente está, na atualidade, mais subdesenvolvido do que nunca.

Na realidade, a tese correta seria: *o progresso das áreas modernas urbanas e industriais de América Latina se faz às custas das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais*. Em outras palavras, a canalização de capital, matérias-primas, produtos alimentícios e mão de obra proveniente das zonas “atrasadas” permite o rápido desenvolvimento dos “polos de crescimento” e condena as zonas provedoras à maior estagnação e ao subdesenvolvimento. A relação de intercâmbio entre os centros urbanos modernos e as áreas rurais atrasadas é desfavorável a estas, como o é para os países subdesen-

3. É importante lembrar que, quando este texto foi escrito e publicado, boa parte dos atuais estados africanos encontrava-se em guerra por independência, ou ainda era colônia. [Nota de R. L.]

4. *Habilitadores*, no original. [Nota de R. L.]

volvidos, em seu conjunto, a relação de intercâmbio entre eles e os países desenvolvidos.

Terceira tese: A existência de zonas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista

Afirma-se, portanto, que o capitalismo nacional e progressista – localizado nos centros urbanos modernos e industriais – está interessado na reforma agrária, no desenvolvimento das comunidades indígenas, na elevação dos salários mínimos no campo e em outros programas da mesma índole. Essa tese está equivocada:

a) porque, exceto raras exceções, não existe em nenhuma parte na América Latina um capitalismo nacional e progressista, nem existem as condições internacionais para que este se desenvolva.

Por um capitalismo “progressista” e “nacional” entendemos uma série de políticas orientadas, em palavra e ação, para o desenvolvimento econômico independente do país, ou seja, das massas da população. Isso significa a formulação e a aceitação, por parte da classe capitalista, de políticas econômicas tendentes para: 1) a diversificação da agricultura para o mercado interno; 2) a transformação dos principais recursos naturais do país no próprio país e para seu uso interno; 3) a crescente industrialização; 4) uma elevada taxa de reinvestimento na agricultura; 5) a crescente participação estatal nas grandes empresas econômicas; 6) o controle estrito sobre os investimentos estrangeiros e sua subordinação às necessidades nacionais; 7) o controle estrito sobre a exportação de capitais e de lucros; 8) o fomento das empresas nacionais, em vez das estrangeiras; 9) a limitação estrita de importações não essenciais; 10) a limitação estrita da produção de bens de consumo não essenciais, e outros objetivos da mesma índole.

Na maioria dos países latino-americanos, essas políticas não estão sendo realizadas e aqueles que em alguma ocasião têm tentado implantá-las têm sofrido imensas pressões econômicas e políticas do exterior. A história recente do Brasil proporciona um exemplo. Depois do golpe militar de 1964, realizado com o apoio dos Estados Unidos, a anterior política eco-

nômica, que tinha promovido o desenvolvimento de um capitalismo nacional e progressista, foi liquidada em favor de um controle crescente da economia por parte das corporações americanas. O mesmo ocorreu na Argentina, no Chile, na Bolívia e em outros países. Com exceção de México (e do Brasil, em uma época), a “burguesia nacional” dos países latino-americanos não possui em nenhuma parte poder ou influência suficiente para fazer sentir realmente seus interesses.

b) porque até agora – e num futuro previsível – existe um mercado interno suficiente entre a população urbana, um mercado em constante crescimento pelos motivos apontados nas seções anteriores, que tem uma grande potencialidade e ainda não é devidamente aproveitado, enquanto, por outro lado, existe nessas mesmas áreas urbanas uma capacidade industrial parcialmente empregada (por exemplo, na indústria têxtil), por razões que nada têm a ver com o mercado interno, senão com os lucros, e que por muito tempo não precisará se preocupar com mais do que abastecer estas áreas urbanas.

Isto significa que áreas como Lima, São Paulo, Santiago, a Cidade do México podem crescer economicamente por tempo indefinido sem que isso implique necessariamente em mudanças profundas de estrutura das áreas rurais atrasadas das “colônias internas”. Pelo contrário, o crescimento das áreas modernas é possível justamente por causa da atual estrutura social e econômica das áreas atrasadas.

A questão do mercado interno é fundamentalmente uma questão de distribuição de renda. Os economistas e sociólogos falam constantemente da necessidade de incorporar os camponeses de subsistência “atrasados” a uma economia monetária, com o objetivo de fortalecer o mercado interno e fomentar o desenvolvimento econômico. Contudo, em nenhuma parte da América Latina é maior a distância entre ricos e pobres do que nas cidades, onde cresce rapidamente a população urbana “marginal” dos tugúrios e que se encontra em níveis desesperadores de miséria. Se o mercado interno fosse realmente a força motriz da burguesia latino-americana, então os capitalistas mexicanos, por exemplo, não estariam buscando, como o estão fazendo, oportunidades de investimento na América Central, ou os do Brasil, no Paraguai ou Bolívia. Não estariam exportando anualmente milhões de dólares aos bancos norte-americanos e europeus. Em vez disso, estariam dando seu apoio a uma política impositiva mais equitativa, com lucros menores e mais rápida circulação de capital, com menores preços pelos seus produtos e níveis mais elevados de produção. De modo geral, contudo, não apoiam nenhuma dessas tendências.

Quarta tese: A burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária

Frequentemente afirma-se que há um conflito profundo de interesses entre a nova *elite* (ou nova classe alta), representada pelos modernos empresários do comércio e da indústria, e a *elite*, ou classe alta tradicional (que deriva sua proeminência da propriedade da terra). Se é certo que em alguns países latino-americanos a aristocracia latifundiária foi eliminada por meios revolucionários (sempre por parte do povo, nunca da burguesia), nos demais não parece ocorrer esse conflito de interesses. Pelo contrário, os interesses agrícolas, financeiros e industriais são conjugados com frequência nos mesmos grupos econômicos, nas mesmas companhias e ainda nas mesmas famílias.

Assim, muitos capitais provenientes dos arcaicos latifúndios do nordeste do Brasil, por exemplo, são aplicados pelos seus donos em negócios lucrativos de São Paulo. No Peru, as grandes famílias de Lima, associadas economicamente aos capitais estrangeiros, são proprietárias dos principais latifúndios “feudais” da cordilheira andina. Não existe nenhuma razão paraestrutural para que a burguesia nacional e a oligarquia latifundiária não se entendam, pelo contrário, complementam-se muito bem. E naqueles casos em que surgem possíveis conflitos de interesses (por exemplo, com relação a alguma legislação que beneficie a uma dessas classes e prejudique a outra), não falta um governo burguês ou militar conciliador que proporcione aos setores prejudicados amplas recompensas.

O triste espetáculo de algumas “reformas agrárias” recentes proporciona um bom exemplo do que se acaba de dizer. Ferroados pela experiência cubana e pressionados pelos Estados Unidos, muitos governos conservadores da América Latina assinaram, na conferência econômica de Puntadel Este em 1961, a proposta de que seria melhor aguentar algum tipo de reforma agrária do que se expor a uma revolução camponesa. Muita publicidade foi realizada em torno das “reformas” na Colômbia e na Venezuela e em torno de leis ou projetos de reformas agrárias no Brasil, Chile, Equador, Peru e em outros países. Mas quando não mataram os projetos em intermináveis discussões nos congressos ou parlamentos, simplesmente esquivaram-se por meio de complicados procedimentos judiciais ou obstáculos institucionais especialmente

criados para tal (como no Brasil, Equador e Peru). E naqueles casos em que algo se fez (como na Colômbia, no Chile e na Venezuela), os especialistas estão de acordo em considerar que se fez muito pouco, muito tarde, com muito custo e de forma tão mal planejada e executada que essas “reformas” são insuficientes para se manter em face do nível de crescimento natural da população camponesa e muito menos para redistribuir a terra ou quebrar a estrutura de poder no meio rural. E não se pode dizer, de nenhum desses governos, que ele esteja controlado pela “aristocracia latifundiária” com exclusão da “burguesia” local, muito pelo contrário.

Quando certos autores elogiam as virtudes dessa “nova” classe na política latino-americana, é evidentemente menos comprometedor utilizar o termo neutro “classe média” do que identificar corretamente a natureza desse grupo no topo da estrutura de poder como uma nova classe dominante ou elite no poder.⁵A desapareção da aristocracia latifundiária na América Latina tem sido obra exclusiva dos movimentos populares, nunca da burguesia. Esta encontra na oligarquia latifundiária um bom aliado para manter o colonialismo interno, o qual, em última instância, beneficia por igual a essas duas classes sociais.

Quinta tese: O desenvolvimento na América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o objetivo da política social e econômica de nossos governos deve ser o de estimular a “mobilidade social” e o desenvolvimento dessa classe

Talvez não exista tese sobre a América Latina mais difundida do que esta. Estudiosos e pesquisadores, jornalistas, políticos e estadistas a sustentam. É motivo de seminários e conferências, tema de livros volumosos e constitui um dos preceitos implícitos, porém básicos da Aliança para o Progresso. Transformou-se quase em um dogma. Mas esta tese é falsa por várias razões.

1) Em primeiro lugar, o próprio conceito de “classe média” contém ambiguidades e equívocos. Se se está tratando, como é o caso com frequência, de

5. Esse parágrafo, que se repete na próxima tese, foi eliminado de numa nova versão deste artigo, traduzido para o inglês em 2013 (Rodolfo Stavenhagen, *Pioneer on Indigenous Rights*) [Nota de R. L.]

estratos que obtêm rendas médias e que se situam, portanto, entre os dois extremos de uma escala econômica, esses não são mais do que um agrupamento estatístico, e não uma classe social. Mas, geralmente, o conceito refere-se principalmente a pessoas que se dedicam a certos tipos de ocupações, sobretudo do setor terciário da economia: o comércio e os serviços, principalmente no meio urbano. Trata-se, neste caso, de empregados administrativos, burocratas, comerciantes e certo tipo de profissionais. Às vezes, também, o conceito refere-se àqueles grupos sociais que não se encaixam dentro do modelo tradicional da estrutura social latino-americana, na qual, supostamente, só existiam a aristocracia latifundiária e os peões sem terra. Todos os demais, desde pequenos proprietários do campo até a população urbana em seu conjunto, são então considerados “classe média”. Enquanto não se define claramente os termos, qualquer afirmação sobre as virtudes e potenciais da “classe média” não passa de uma opinião subjetiva de quem a emite.

2) O termo “classe média” muitas vezes é um eufemismo para “classe dominante”. Quando se fala do papel dos empresários, dos financistas e dos industriais no desenvolvimento de nossos países, faz-se referência a uma classe social que está no poder, no cume da pirâmide econômica, social e política, e que toma, em seu conjunto, as decisões que afetam nossos países. Nesse caso, a classe social de que fala não é de nenhuma maneira “média”. Quando certos autores elogiam as virtudes de essa “nova” classe na política latino-americana, é evidentemente menos comprometedor utilizar o termo neutro “classe média” do que identificar corretamente a natureza desse grupo no topo da estrutura de poder como uma nova classe dominante ou elite no poder.⁶

3) A tese da classe média dá a ideia de uma massa potencialmente majoritária da população recrutada principalmente nos estratos baixos e que cedo ou tarde ocupará totalmente o universo social, quando os extremos altos e baixos já não terão mais nenhuma importância, seja a econômica dos primeiros, seja a numérica dos segundos. Nada mais utópico ou falso. Nem o crescimento do setor terciário da economia é garantia de desenvolvimento, nem o aumento dos setores com rendas “médias” (uma ficção estatística) faz desaparecer as desigualdades econômicas e sociais na sociedade. Por mais acelerado que seja o crescimento desses estratos médios, na América Latina em seu conjunto, é muito maior, por um lado, o crescimento dos estratos de rendas baixas, seja no campo

ou na cidade, e, por outro, o dos minúsculos estratos de receitas elevadas. Pese a “classe média” – e em parte graças a ela – a desigualdade econômica segue em aumento na América Latina.

4) Os setores que integram a “classe média”, em seu sentido estrito, os pequenos e médios empresários, os artesãos e profissionais de diversa índole etc. (ou seja, aqueles que trabalham por sua conta ou recebem um salário por trabalhos não manuais) não têm geralmente as características que lhes são atribuídas. Tanto econômica quanto socialmente dependem dos estratos altos, estão politicamente ligados à classe dominante, são conservadores em seus gostos e opiniões, defensores do *status quo* e só buscam privilégios individuais. Como classe na América Latina, enriqueceu-se mais mediante a especulação e a corrupção do que pelo trabalho. Longe de serem nacionalistas, apegam-se a tudo o que é estrangeiro: desde a roupa importada até as *Seleções do Reader's Digest*. Embora sejam recrutados entre os estratos baixos, seu bem-estar econômico e social está vinculado ao da alta burguesia e ao da oligarquia latifundiária, sem as quais não poderiam subsistir. Portanto, constituem um reflexo fiel da classe dominante e beneficiam-se igualmente da situação de colonialismo interno. Constituem a principal massa de apoio das ditaduras militares da América Latina.

5) O conceito de “classe média” às vezes é entendido em termos dos hábitos de consumo de certo tipo de população. Assim, por exemplo, o fato de os camponeses consumirem cerveja engarrafada em vez de *chicha* ou *pulque* de feitiço caseiro,⁷ ou de a população urbana comprar móveis ou aparatos eletrodomésticos a crédito, é considerado por alguns como um indiscutível sinal de que estamos caminhando a grandes passos para uma civilização de “classe média”. Todo mundo na América Latina, dizem-nos os autores, tem “aspirações de classe média”. É só questão de dar tempo para que essas aspirações se façam realidade.

Essas reflexões podem ser consideradas equivocadas pelas seguintes razões: nos níveis de consumo, igualmente aos de renda, é possível determinar, é claro, estratos intermediários. Assim, haverá quem consuma, no extremo alto, artigos de luxo que estão fora do alcance da maioria, e, no extremo baixo, aqueles que não podem consumir cerveja nem comprar móveis ou aparatos eletrodomésticos a prestação. Mas toda estratificação desse tipo não passa de uma manipulação estatística. Uma classe social não se define pelos artigos que consome, nem o nível de aspirações indica a estrutura das instituições sociais e a qualida-

6. Na tradução de 2013 para o inglês, foi acrescentada uma explicação à primeira frase: “Quando autores liberais (tais como John Johnson and Robert J. Alexander, por exemplo) elogiam [...]” (Stavenhagen, 2013, 30). [Nota de R. L.]

7. Bebidas tradicionais dos indígenas andinos e do México, respectivamente. A primeira é feita de milho (de forma parecida ao cauim) e a segunda, do aguamiel, líquido extraído do maguey. [Nota de R. L.]

de das relações humanas entre os grupos. A difusão dos artigos manufaturados de origem industrial é ao mesmo tempo produto do nível universal da técnica e da demanda efetiva. A maior parte da população – sobretudo a urbana – pode desfrutar até certo ponto desse tipo de consumo, sem que isso implique uma mudança fundamental quanto à estrutura de classes ou às desigualdades de renda, à posição social, ao poder político e às relações de trabalho.

No que se refere às aspirações, é evidente o perigo de tomar-se gato por lebre, ou seja, de tomar os sentimentos subjetivos por uma situação objetiva. A criação de “aspirações” ou “necessidades” de certo tipo é hoje em dia mais e mais o objetivo de uma poderosíssima indústria de publicidade que se infiltrou em todos os meios e em todos os setores sociais. O nível de aspirações é cada vez maior e, portanto, o é também o das aspirações não satisfeitas. Isso, como afirmam os psicólogos, conduz também a níveis cada vez maiores de frustração e a sentimentos de privação. As aspirações da classe média podem se transformar, portanto, em consciência revolucionária.

Além disso, os estudos econômicos têm demonstrado que na América Latina a proporção dos salários na renda nacional – dos quais depende a maioria da população – tende a diminuir, enquanto a dos lucros e benefícios – de uma minoria – tende a aumentar. Essa tendência, acelerada em anos recentes pelos processos inflacionários (sobretudo em países como Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Colômbia), não se enquadra de nenhuma maneira com a ideia de crescimento harmônico e gradual da “classe média”.

6) o fortalecimento da “classe média” – não como fato sociológico, senão como política social – não tem como meta essencial o desenvolvimento econômico de um país, e sim a criação de uma força política capaz de apoiar a classe dominante e de servir como amortecedora das lutas de classes que podem colocar em perigo a estabilidade da estrutura social e econômica vigente. Os ideólogos da classe média lamentam bastantão existir em Cuba tal classe, suficientemente forte para fazer frente à revolução socialista. E, por outra parte, dá-se crédito à “classe média” pelo fato de as revoluções mexicana e boliviana terem se “estabilizado” e “institucionalizado”.

As designadas classes médias estão estreitamente vinculadas à estrutura econômica e política vigente e carecem de uma dinâmica própria que possa

transformá-las em promotoras do desenvolvimento econômico independente. Uma coisa é sua relativa importância numérica, e outra, suas condições e sua capacidade, como *classe*, de tomar decisões que afetam a estrutura e os processos econômicos. É notável que os autores que com mais afinco defendem o crescimento da classe média pouca ou nenhuma importância dão ao fato de os estratos baixos ainda constituírem a grande maioria da população na América Latina.

7) finalmente, a tese da classe média tende a obscurecer o fato de que na América Latina abundam as tensões, as oposições e os conflitos entre as classes e as etnias; de que o desenvolvimento social e econômico de nossos países depende, em última instância, de adequadas soluções para estes conflitos; e de que o crescimento dos “setores médios” – como os chamou um autor norte-americano – por mais impressionante que seja em muitas regiões, não constitui uma solução a estes problemas, senão mais bem os posterga e às vezes até mesmo os intensifica.

Sexta tese: A integração nacional na América Latina é produto de mestiçagem

Esta tese é frequente nos países que possuem problemas étnicos: aqueles com grande proporção de população indígena, e no Brasil, com sua população negra. Parte-se do princípio de que a colonização ibérica da América enfrentou dois grandes grupos raciais, as duas civilizações, e que o processo de integração nacional representa uma mestiçagem tanto biológica quanto cultural. Nos países da América Indígena considera-se que a “ladinización” ou a “cholificación” constitui um processo globalizador, no qual desaparecerão as principais diferenças entre a minoria dominante “branca” ou “ocidental” e as massas camponesas indígenas. Afirma-se que da estrutura social bipolar tradicional surgiu um novo elemento biológico e cultural intermediário, o *ladino* ou *cholo* ou *mestizo* (ou o mulato em certos casos),⁸ que leva dentro de si a “essência da nacionalidade” e que representa todas as virtudes necessárias para o progresso de nossos países.

8. Esses quatro termos têm longa história, que às vezes se confundem e separam. Podem, a depender, ter um significado mais biologizante (como o anglo “sangue-misturado”), culturalista (como indígena aculturado), geográfico (o filho de espanhóis nascido nas Américas) ou linguístico (como o indígena ou o africano falante de espanhol). Em diferentes momentos, diversos dos atuais países das Américas identificaram boa parte de sua população a um e/ou outro desses termos. Uma interessante apreciação da história dos termos está em Ronald Soto Quirós y David Díaz Arias: “Mestizaje, indígenas e identidad nacional en Centroamérica: De la Colonia a las Repúblicas Liberales”. *Cuadernos de Ciencias Sociales* 143. FLACSO, 2007. Optou-se por manter o termo original mestizo pelas conotações específicas do termo espanhol que Stavenhagen discutirá, e que nem sempre estão realçadas no termo “mestiço”. Finalmente vale salientar a proximidade dessa discussão com o “caboclo” descrito relativamente ao conceito de “fricção interétnica” de Roberto Cardoso de Oliveira, a quem Stavenhagen nutria grande amizade. [Nota de R. L.]

A falácia desta tese está em que a mestiçagem biológica ou cultural (processo inegável em muitas partes de América Latina) não constitui, por si mesmo, uma alteração da estrutura social vigente. Do mesmo modo que a tese sobre a classe média, a tese da mestiçagem atribui a certos elementos da população (definidos arbitrariamente de acordo com critérios por demais limitados) capacidades ou características que não possuem ou, se as têm, são alheias aos critérios biológicos ou culturais que serviram para defini-los.

A integração nacional, como processo objetivo, e o nascimento da consciência nacional, como processo subjetivo, dependem de fatores estruturais (isto é, da natureza das relações entre os homens e os grupos sociais), e não de atributos biológicos ou culturais de certos indivíduos. A integração nacional (entendida no sentido da plena participação de todos os cidadãos nos mesmos valores culturais e da relativa igualdade de oportunidades econômicas e sociais) ocorrerá nas áreas indígenas não com o desenvolvimento de uma categoria biológico-cultural nova, senão com o fim do colonialismo interno. Nas colônias internas de nossos países, os mestizos (*cholos* ou *ladinos* ou *mistis*, como os chamam em diversas partes) são justamente os que representam a classe dominante local e regional e quem mantém os indígenas em situação de opressão. São eles que não têm o menor interesse em uma verdadeira integração nacional. Por outro lado, no meio urbano de crescente importância, a população rural imigrante, com frequência de origem indígena, “integra-se” rapidamente desde o ponto de vista nacional; porém, mais pelas posições que vai ocupando na estrutura de classes que pelo processo de mestiçagem.

Ademais, a tese da mestiçagem esconde geralmente um preconceito racista (mesmo que seja inconsciente): é que, no biológico, sobretudo nos países em que a população majoritária expressa traços indígenas, a mestiçagem significa um “branqueamento” no que as virtudes da mestiçagem escondem preconceito contra o indígena. Mas, como já quase ninguém acredita nos argumentos raciais, o mesmo preconceito manifesta-se no aspecto cultural. De fato, a chamada “mestiçagem cultural” representa o desaparecimento das culturas indígenas, e fazer dessa mestiçagem a condição necessária para a integração nacional é condenar os povos indígenas da América, que ainda somam várias dezenas de milhões, a uma lenta agonia cultural.

Sétima tese: O progresso na América Latina só se realizará mediante uma aliança entre os operários e os camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses dessas duas classes

Na visão crítica da América Latina apresentada até aqui, não poderíamos deixar de nos referir a esta tese frequente entre a esquerda ortodoxa. De fato, afirma-se, com base em teorias desenvolvidas por Lênin e Mao, que o êxito da revolução socialista na América Latina depende de a classe operária e a classe camponesa fazerem uma frente comum à burguesia reacionária e ao imperialismo.

Embora isso seja correto como ideal revolucionário ou como meta desejada para a ação e a organização política, é preciso assinalar que se for válida a análise dos seis pontos anteriores, particularmente se o conceito de “colonialismo interno” for válido, então as estruturas sociais existentes e suas tendências atuais na América Latina não favorecem de maneira “natural” essa aliança ideal, ainda que não queiramos descartar *a priori* essa possibilidade. As experiências recentes não oferecem um só exemplo de que a aliança operário-camponesa tenham realmente tido lugar. A revolução camponesa mexicana ocorreu quando quase não havia classe operária urbana e o pequeno núcleo operário industrial foi, inclusive, utilizado pela burguesia para lutar contra os exércitos camponeses de Emiliano Zapata. A revolução boliviana, apesar de ter beneficiado largamente os camponeses com a reforma agrária, foi principalmente realizada pelos mineiros do estanho e por uma pequena elite intelectual. Em anos recentes, os camponeses apoiaram o governo em sua política contrária aos interesses dos sindicatos mineiros. Os revolucionários cubanos obtiveram, finalmente, o apoio da classe operária urbana organizada apenas para o fim da rebelião armada, quando a queda de Batista era iminente. A classe operária de São Paulo (a maior concentração de trabalhadores industriais no Brasil) tem eleito constantemente os governadores mais conservadores do país – mesmo que de tipo “populista” – e não foi capaz de unir suas forças às dos trabalhadores rurais relativamente bem organizados do Nordeste para salvar o regime democrático de Goulart do golpe militar que o derrubou. Na Argentina, os operários urbanos organizados (peronistas ou antiperonistas) não foram capazes ou não quiseram estabelecer uma aliança com camponeses e trabalhadores rurais. Em outros países, a experiência é similar.

No futuro, o subdesenvolvimento cada vez mais profundo fará com que a maior parte da América Latina sofra de forma crescente o controle dos Estados Unidos, por meio de governos militares ou pseudo-democráticos, e então a situação poderá mudar. Muitos governos continuarão tratando de levar a cabo algum tipo de reforma agrária e seguramente as forças políticas de esquerda a exigirão em todas as partes. Acerca dessas reformas agrárias (sendo elas os primeiros passos de uma revolução democrática ou uma ação de retaguarda de uma burguesia cada vez mais atemorizada), é pertinente chamar a atenção para os seguintes pontos:

a) um dos passos necessários em toda revolução democrática é a reforma agrária. Porém, o acesso dos camponeses à terra, mediante uma reforma agrária não coletivista, transforma-os em proprietários com interesses comuns aos de proprietários de todos lugares e de todos os tempos;

b) em matéria de reforma agrária, os interesses objetivos de camponeses e operários não são iguais. Geralmente, uma reforma agrária implica um encarecimento inicial dos gêneros alimentícios nas cidades, o que afeta primeiramente a classe operária. Em segundo lugar, implica a canalização de investimentos públicos no setor rural, com conseqüente prejuízo para o setor urbano, que, como vimos, é, na situação do colonialismo interno, quase o único setor realmente beneficiado pelo desenvolvimento econômico;

c) a luta da classe operária urbana – politicamente mais poderosa do que a classe camponesa – por melhores salários, mais e melhores serviços sociais públicos, controle de preços etc. não é seguida pelo setor camponês, uma vez que os lucros assim obtidos pela classe operária geralmente são conquistados à custa da agricultura, ou seja, dos camponeses. Na América Latina, quase a metade da população economicamente ativa trabalha na agricultura e, apesar disso, o setor agrícola recebe somente um pouco mais de 20% da receita total, e sua participação na receita total tem diminuído mais rapidamente do que a sua participação na população total. A formação de capital é muito mais importante no setor não agrícola e os investimentos públicos e privados (em serviços públicos, educação, saúde, seguridade social etc.) beneficiam principalmente as populações urbanas. Em outras palavras, a classe operária urbana de nossos países também beneficia-se com a situação de colonialismo interno. Essa é uma das razões pelas quais na América Latina não existe um movimento operário revolucionário;

d) diferentemente da Inglaterra do século XIX, quando a expulsão dos camponeses do campo e sua emigração aos *sweatshops*⁹ industriais significavam uma diminuição de seu nível de vida; diferentemente da Rússia czarista, em que a mobilidade rural-urbana era estritamente limitada e na qual a aliança operário-camponesa se fez no campo de batalha; e diferentemente da China Popular, onde essa mesma aliança se forjou na luta contra o invasor japonês, na América Latina a emigração rural não só é possível para os descontentes do campo, mas também representa, em grande parte das vezes, uma melhoria econômica e social (ainda que nas favelas, nas *barriadas*, nos *ranchos* ou nas *colônias proletárias*) com relação ao passado camponês. É possível supor que a consciência revolucionária do camponês aumenta na proporção inversa às suas possibilidades de mobilidade social vertical individual, e aumenta ainda mais se esta última significa também uma mobilidade geográfica;

e) também podemos supor que quanto mais intenso seja o colonialismo interno na América Latina (ou seja, quanto maior for a diferença entre as metrópoles e suas colônias internas e a exploração destas por aquelas) tanto menores serão as possibilidades de uma verdadeira aliança política entre operários e camponeses. O exemplo dos acontecimentos recentes no Brasil (a inexistência da aliança para fazer frente ao golpe militar de 1964) e na Bolívia (a mobilização de camponeses pelo governo contra os mineiros) podem ilustrar esse ponto.

O quadro da América Latina apresentado acima pode parecer excessivamente pessimista. Mas se o é, deve-se somente ao fato de que o quadro que nos pintam os “especialistas” que perpetuam estas sete teses equivocadas resulta excessivamente otimista e conduz facilmente a subestimar as tremendas tarefas que a América Latina tem adiante. Talvez o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social de América Latina (não o crescimento localizado) seja a existência do colonialismo interno, uma relação orgânica, estrutural entre um polo de crescimento ou metrópole em desenvolvimento e sua colônia interna atrasada, subdesenvolvida e em crescente subdesenvolvimento. Frequentemente, nem os governantes mais bem intencionados têm consciência dessa relação que existe nos níveis econômico, político, social e cultural. Embora um governo progressista possa tomar algumas medidas de natureza parcial e limitada para remediar esta situação, a única saída em longo prazo parece ser a mobilização social e política do campesinato “colonizado”, que terá de lutar suas pró-

9. Sistema fabril urbano caracterizado, entre outras coisas, pela subcontratação, pela baixa remuneração, pela excessiva jornada de trabalho, pela alta concentração de mão de obra em um único espaço insalubre e inseguro, pela grande quantidade de acidentes de trabalho e ausência de segurança social, e pela utilização preferencial de mão de obra migrante, feminina e infantil. Originalmente o termo referia-se às indústrias têxteis de Londres e Nova Iorque no século XIX. Atualmente o termo tem sido usado também para as indústrias de aparelhos eletrônicos em Bangladesh, Paquistão e China, entre outros, que reiteradamente desconhecem os direitos do trabalhador. [Nota de R. L.]

prias batalhas, exceto pelo apoio que ele poderá esperar receber dos segmentos radicais dos intelectuais, dos estudantes e da classe operária.¹⁰ É significativo que mesmo aqueles governos que reconheceram formalmente a necessidade de uma reforma agrária não estejam dispostos a tolerar as organizações camponesas independentes.

Outra falsa panaceia é o mito da classe média. Isso não quer dizer que os filhos diplomados nos estratos dos ingressos médios não tenham um papel a desempenhar no desenvolvimento de seu país. Alguns, sem dúvida, dirigirão as revoluções futuras. Outros, certamente, seguirão administrando a indústria petroleira, os engenhos de açúcar, os hospitais, as universidades e as cadeias de lojas e armazéns. Neste sentido, a “classe média” poucas vezes tem sido capaz de olhar mais além de seus próprios bolsos. Os milhares de técnicos e profissionais latino-americanos que imigram atualmente para os Estados Unidos para cargos mais bem remunerados constituem um exemplo convincente.

Atualmente existe na América Latina uma crescente consciência entre os setores da população sobre quais são os reais obstáculos ao crescimento socioeconômico e ao desenvolvimento político-democrático. As pessoas que refletem sobre esses problemas preocupam-se cada vez menos com fatores isolados, como “a falta de recursos”, “o tradicionalismo dos camponeses”, “a superpopulação” e “a heterogeneidade cultural e racial” que ainda se encontram nas preocupações de muitos estudiosos. Pelo contrário, cada vez mais estão conscientes da estrutura e da dinâmicas internas da sociedade global e, claro, da relação de dependência que guarda esta sociedade com relação à metrópole industrial, ou seja, o fenômeno do imperialismo e do neocolonialismo. Essa consciência só pode conduzir a uma análise mais profunda e refinada da situação latino-americana e a uma ação nova e mais correta.

Data de recebimento do artigo: 5/5/2013

Data de aprovação do artigo: 7/8/2013

10. Aqui os tradutores seguiram mais de perto a versão inglesa de 2013, que está mais clara que o original de 1965. [Nota de R. L.].